



Marcos Ehrhardt Júnior
Fabíola Lôbo
Coordenadores

CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS

Fundamentos
de interpretação do
direito privado brasileiro

Apresentação Paulo Lôbo

FORUM

Marcos Ehrhardt Júnior
Fabíola Lôbo
Coordenadores

CONSTITUCIONALIZA- ÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS

Fundamentos de interpretação
do direito privado brasileiro

Apresentação
Paulo Lôbo

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins
DIREITO EMPRESARIAL.

Público-alvo/consumidores
DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL;
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES
PRIVADAS; INTERPRETAÇÃO; NOVA
HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL;
FUNDAMENTOS DE INTERPRETAÇÃO JURÍDICA;
DIREITO CIVIL.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3036

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C758 Constitucionalização das relações privadas: fundamentos de interpretação do direito privado brasileiro / Marcos Ehrhardt Júnior, Fabíola Lôbo. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

432p. 14,5x21,5cm
ISBN 978-65-5518-564-5

1. Direito civil constitucional. 2. Constitucionalização das relações privadas. 3. Interpretação. 4. Nova hermenêutica constitucional. 5. Fundamentos de interpretação jurídica. 6. Direito civil. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Lôbo, Fabíola. III. Título.

CDD: 342.085
CDU: 347

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; LÔBO, Fabíola (Coord.). *Constitucionalização das relações privadas: fundamentos de interpretação do direito privado brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 432p. ISBN 978-65-5518-564-5.

Marcos Ehrhardt Júnior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Centro Universitário CESMAC. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil* (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-Presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br

Fabíola Albuquerque Lôbo

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora Titular do Departamento de Direito Privado do Centro de Ciências Jurídicas (UFPE). Professora dos Cursos de Especialização em Direito Civil e Empresarial CCJ/UFPE. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas. *E-mail*: fabiolalobo13@gmail.com

SUMÁRIO

NOTA DOS COORDENADORES

Fabiola Lôbo, Marcos Ehrhardt Jr.	13
--	----

APRESENTAÇÃO

Paulo Lôbo	15
-------------------------	----

ORDEM JURÍDICA PRIVADA E CONSTITUIÇÃO

Paulo Lôbo	17
1 Incorporação da ordem privada na Constituição	17
2 Estado social como parâmetro de conformação das normas infraconstitucionais	18
3 Sentido de unidade hermenêutica na aplicação do direito privado ...	20
4 Esclarecendo o alcance da constitucionalização dos direitos	22
5 Constituição como núcleo fundamental do sistema de direito privado	23
6 Força normativa da Constituição nas relações privadas	24
7 Aplicabilidade dos princípios constitucionais nas relações privadas	25
8 Aplicabilidade direta dos princípios é predominante na jurisprudência brasileira	27
9 A constitucionalização do direito privado é perene e necessariamente inconclusa	30
Referências	31

PARTE I DIREITO EXISTENCIAL

AS ACEPÇÕES DA VULNERABILIDADE: UM DESAFIO INTERPRETATIVO

Maria Carla G. Moutinho	35
1 Introdução	35
2 Vulnerabilidade existencial	37
3 Vulnerabilidade contratual	40
4 Conclusão	45
Referências	47

A CRISE DO DIREITO DE FAMÍLIA CODIFICADO NO BRASIL, OS ESPAÇOS DO “NÃO DIREITO”, A “FAMÍLIA EM DESORDEM” E A TENDÊNCIA DE CONTRATUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Dimitre Braga Soares de Carvalho	49
1 A crise do Direito de Família codificado no Brasil	49
2 A família “em ordem”, a família “em desordem” e o “não direito” na perspectiva do Direito de Família codificado em crise	53
3 Brevíssimas conclusões: cada família pode criar seu próprio Direito de Família	60
Referências	61

REFLEXÕES ACERCA DA PATRIMONIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PARENTAIS PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PODER FAMILIAR

Catarina Almeida de Oliveira	65
1 Breve contextualização	65

1.1	Direitos fundamentais na sociedade patriarcal.....	68
1.2	Direitos subjetivos no poder familiar	70
1.3	Obrigações civis também podem ter conteúdo existencial	74
1.4	Convivência familiar como direito fundamental.....	75
1.5	Responsabilidade civil por descumprimento de obrigações parentais.....	76
2	Novos questionamentos para velhos problemas	77
	Referências.....	79

SHARENTING: ASPECTOS JURÍDICOS DA SUPEREXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ONLINE NA PERSPECTIVA CIVIL CONSTITUCIONAL

Camila Sampaio Galvão	81	
1	Introdução	81
2	A superexposição de crianças e adolescentes <i>online</i> : <i>sharenting</i> ou (<i>over</i>) <i>sharenting</i>	82
3	A proteção constitucional à criança e ao adolescente como norte hermenêutico às reflexões sobre a superexposição infantojuvenil <i>online</i>	86
4	Algumas ameaças às crianças e adolescentes advindas de sua superexposição nas redes sociais	91
5	Considerações finais.....	93
	Referências.....	94

A MONOGAMIA E SUA REFLEXÃO NAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS NO BRASIL

Luciana Brasileiro	97	
	Referências.....	106

MULTIPARENTALIDADE E SUA INTERSEÇÃO COM O DIREITO DAS SUCESSÕES: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA SOBRE O EFEITO SUCESSÓRIO DECORRENTE DO SEU RECONHECIMENTO E SUAS REPERCUSSÕES

Karina Barbosa Franco	109	
1	Introdução	109
2	Multiparentalidade e a análise legal e doutrinária do efeito jurídico sucessório	111
	Considerações finais.....	125
	Referências.....	126

PROJETO MONOPARENTAL E GÊNERO

Maria Rita de Holanda	129	
1	Projeto parental.....	129
2	Controvérsia doutrinária sobre a monoparentalidade	133
3	(Des) igualdade material de gênero.....	143
4	Notas conclusivas	148
	Referências.....	149

PLANEJAMENTO FAMILIAR E FAMÍLIAS ECTOGENÉTICAS LGBT: UM DIÁLOGO (AINDA) EM ABERTO

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto	153	
	Introdução	153
1	O direito ao planejamento familiar na Constituição de 1988: liberdade fundamental?	155
2	O planejamento familiar nas famílias ectogenéticas LGBT: desafios e conquistas.....	158
	Considerações finais.....	165
	Referências.....	166

O PRINCÍPIO JURÍDICO DA PRESERVAÇÃO DA DIVERSIDADE
NO PATRIMÔNIO GENÉTICO HUMANO COMO UM LIMITADOR
DA AUTONOMIA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Carlos Henrique Félix Dantas	169
Introdução	169
1 Planejamento familiar: o futuro da governabilidade genética e a revolução da biotecnologia no processo reprodutivo humano.....	171
2 Fundamentos jurídicos que facilitam a proteção da diversidade no patrimônio genético humano	178
Considerações finais.....	181
Referências	182

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE CONCEPÇÃO:
UMA ANÁLISE DA LEGITIMIDADE SUCESSÓRIA A PARTIR DA
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA *POST MORTEM*

Patrícia Ferreira Rocha	185
Introdução	185
1 Considerações iniciais sobre a reprodução humana assistida.....	186
2 Os limites ao uso da reprodução humana assistida <i>post mortem</i>	188
3 O conceito jurídico de concepção e a legitimidade sucessória do filho <i>post mortem</i>	193
Conclusão	199
Referências.....	200

EXEMPLO REAL DE DANO EXISTENCIAL: O CASO DA ESCOLA
BASE INFANTIL, O MAIOR ERRO DE IMPRENSA DA HISTÓRIA
DO BRASIL

Elaine Buarque	203
1 Introdução	203
2 Direito à privacidade <i>versus</i> o direito à liberdade de expressão: (im)possibilidade de sua violação.....	204
3 Não recepção de todo o conjunto de dispositivos da Lei Federal nº 5.250 (Lei de Imprensa).....	206
4 Revisitação do Caso da Escola Base.....	208
5 O Caso da Escola Base e a mídia como mecanismo de lesão aos direitos existenciais: hipervalorização da liberdade de expressão ou jornalismo de mercado?	210
6 Os inocentados.....	214
7 Primeira vez que os inocentes têm lugar de fala na imprensa: o arrependimento do primeiro repórter a noticiar o caso	216
8 Conclusão	217
Referências.....	217

DO MODELO SUBSTITUTIVO AO APOIO AO EXERCÍCIO
DA CAPACIDADE CIVIL: BREVES DIAGNÓSTICOS DE UMA
CONSTITUCIONALIZAÇÃO INACABADA

Hilbert Melo Soares Pinto	219
1 Introdução	219
2 Uma nova moldura para a Teoria Geral do Direito Civil a partir do sistema de apoio ao exercício da capacidade.....	221
3 As resistências e tensões para a superação do modelo de substituição de vontade no âmbito judicial.....	226
4 Um breve estudo comparado entre o sistema de apoio brasileiro e o peruano em relação à desestigmatização do apoio e vontade.....	228
5 Considerações finais.....	233
Referências.....	234

PARTE II
DIREITO PATRIMONIAL

O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES NA LEGALIDADE
CONSTITUCIONAL E O FAVORECIMENTO DO DEVEDOR

Gustavo Henrique Baptista Andrade	239
Princípio e prólogo.....	239
Introdução	242
A vulnerabilidade jurídica e o favorecimento do devedor.....	243
O <i>favor debitoris</i> e o diálogo das fontes	248
O favorecimento do devedor e a jurisprudência do STJ.....	251
Conclusão	257
Referências.....	259

DELINEAMENTOS CONCERNENTES À MODULAÇÃO DO
CONTEÚDO DA APLICAÇÃO DA BOA-FÉ OBJETIVA AOS
CONTRATOS

Geraldo Frazão de Aquino Júnior	261
Referências.....	277

BOA-FÉ OBJETIVA COMO FUNDAMENTO JURÍDICO DA
OBRIGAÇÃO PRÉ-CONTRATUAL

Eroulths Cortiano Junior, Vivian Carla da Costa	279
1 Introdução	279
2 A obrigação como processo.....	280
3 Confiança pré-contratual.....	284
4 Boa-fé objetiva pré-contratual.....	288
5 Conclusão	292
Referências.....	293

RELAÇÃO OBRIGACIONAL COMO PROCESSO NA
CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DOS DEVERES GERAIS DE
CONDUTA

Marcos Ehrhardt Júnior	297
1 Considerações iniciais: a relação jurídica obrigacional em sua perspectiva tradicional.....	297
2 A relação jurídica obrigacional como processo.....	301
3 A complexidade e a evolução dogmática dos deveres laterais de conduta no plano da eficácia da relação jurídica obrigacional.....	304
4 Deveres laterais ou deveres gerais de conduta?	307
Referências.....	310

INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Marcos Catalan	313
Referências.....	321

ADIMPLENTO SUBSTANCIAL E SUA INTERLOCUÇÃO COM
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

Fabíola Lôbo	325
1 Considerações iniciais.....	325
2 O adimplemento substancial na perspectiva da relação jurídica de cooperação entre as partes.....	327
3 A mitigação da cláusula resolutiva ante o adimplemento substancial	328
4 Os princípios sociais do contrato como fundamento de aplicação do adimplemento substancial	330
5 A configuração do adimplemento substancial.....	333
6 Parâmetros objetivos de aplicação e afastamento do adimplemento substancial na jurisprudência	337

7	Conclusão	343
	Referências.....	345

POR UM DIREITO EMPRESARIAL (RE)PERSONALIZADO PARA O SÉCULO XXI

	José Barros Correia Junior	349
	Introdução	349
	Ampliação das crenças individuais e a (re)personalização do Direito Empresarial	350
	Para além do <i>homo economicus</i> e do autointeresse.....	356
a)	Teoria do valor do sócio ou acionista (<i>shareholder</i>)	357
b)	Teoria do valor <i>stakeholder</i>	361
	É possível a convivência entre o mercado e a teoria dos <i>stakeholders</i> ?	367
	Referências.....	373

A SOCIEDADE COMO SUJEITO DE DIREITO NA DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS TITULARIDADES

	Everilda Brandão Guilhermino	375
1	De interesses difusos a direitos difusos	375
2	Existência de uma nova titularidade para o ordenamento jurídico: a titularidade de direitos difusos.....	378
3	A sociedade como sujeito de direito titular de direitos difusos	381
4	A legitimidade processual do cidadão na proteção de direitos difusos.....	384
	Referências.....	387

A ASSOCIAÇÃO CIVIL E A REALIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: NOVOS RUMOS PARA O ACESSO AOS BENS COMUNS?

	Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar	389
	Introdução	389
1	A associação civil, movimentos associativos e a construção de novos espaços sociais.....	390
2	A associação civil e a vinculação a direitos fundamentais para garantia de direitos dos associados	395
3	A associação civil e a realização de direitos fundamentais coletivos através do acesso aos bens comuns.....	398
	Conclusão	402
	Referências.....	404

HERANÇA DIGITAL: A TRANSMISSIBILIDADE DOS BENS DIGITAIS E A POSSÍVEL VIOLAÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE – DESAFIOS DA COMPLEXIDADE CONTEMPORÂNEA

	Bárbara Sauzem da Silva, Simone Tassinari Cardoso Fleischmann	407
1	Introdução	407
2	A transmissibilidade dos bens digitais.....	409
2.1	A natureza dos bens e a fase “um” dos temas de herança digital.....	409
2.2	Transmissibilidade dos bens digitais: a fase “dois” dos temas de herança digital	412
3	O direito à herança e o direito à privacidade: possível colisão entre direitos fundamentais	416
3.1	Da chamada a herança digital e sua possibilidade de tutela	416
3.2	O direito à privacidade e o direito à herança: uma mudança no formulário de contratação com alto impacto jurídico sucessório.....	419
4	Notas conclusivas	422
	Referências.....	424

	SOBRE OS AUTORES	429
--	-------------------------------	-----

Bárbara Sauzem da Silva

Mestranda em Direito com Ênfase em Civil e Empresarial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Integrante do Grupo de Pesquisa Gestão Integrada da Segurança Pública (GESEG - PUCRS), coordenado pela professora Clarice Beatriz da Costa Söhngen. Foi bolsista de Iniciação Científica (CNPq) na Escola de Direito da PUCRS, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - BPA/PUCRS, onde se dedicou a pesquisar a respeito do plágio em trabalhos científicos. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito das Famílias, Sucessões e Mediação (UFRGS) (CNPq), coordenado pela Professora Doutora Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, onde se dedica aos estudos a respeito da multiparentalidade e socioafetividade. Integrante, também, do Grupo de Estudos sobre Temas Atuais do Direito das Famílias (PUCRS), coordenado pelo Professor Doutor Daniel Ustároz. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Integrante da Comissão Jovem Ibedermano.

Camila Sampaio Galvão

Mestranda em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduada em Direito de Família e sucessões pelo Instituto Imadec. Advogada.

Carlos Henrique Félix Dantas

Doutorando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito pela Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco (FDR/UFPE). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Pesquisador dos Grupos Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep/CNPq/UFPE), Cebid Jusbiomed – Grupo de Pesquisa em Bioética, Biodireito e Direito Médico (CNPq/UNEB) e Proteção do Ser Humano na Era da Biopolítica (UERJ/CNPq). Associado ao Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFam). Advogado. *E-mail*: carloshenriquefd@hotmail.com

Catarina Almeida de Oliveira

Doutora em Direito Civil pela UFPE. Professora de Direito Civil na UNICAP. Integrante do grupo de pesquisa CONREP.

Dimitre Braga Soares de Carvalho

Pós-Doutor em Direito Civil pelo PPGD/UFPE. Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e da UNIFACISA. Membro do Grupo de Pesquisas CONREP – Constitucionalização das Relações Privadas – UFPE. Advogado e parecerista.

Elaine Buarque

Mestre e Doutora em Direito pela UFPE. Bolsista CAPES com período sanduíche na Università di Camerino. Professora universitária licenciada. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil. Pesquisadora do CNPQ - Grupo de Constitucionalização do Direito Civil.

Eroulths Cortiano Junior

Professor da Faculdade de Direito da UPFR. Doutor em Direito pela UFPR. Pós-Doutor em Direito pela Università di Torino e pela Università Mediterranea di Reggio Calabria. Associado ao IBDCONT, IBDCIVIL, IBDFAM, IBERJ e IAP-PR. Advogado em Curitiba-PR. *E-mail*: ecortiano@cpc.adv.br

Everilda Brandão Guilhermino

Advogada. Mestre e Doutora em Direito Civil (UFPE). Professora de Direito Civil em cursos de pós-graduação (UFPE). Membro do grupo de pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP-UFPE).

Geraldo Frazão de Aquino Júnior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Graduado e Mestre em Direito e em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Fabíola Lôbo

Professora Titular de Direito Civil – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Professora dos Cursos de Pós-Graduação da FD da UFPE. Colíder do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas.

Gustavo Henrique Baptista Andrade

Pós-Doutor pela UERJ, com imersão de pesquisa no Instituto Max-Planck de Hamburgo, Alemanha. Mestre e Doutor pela UFPE. Professor de Direito Civil da Faculdade Frassinetti do Recife-FAFIRE. Professor nas Especializações de Direito de Família, Direito Municipal e Direito Médico da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Professor da Especialização em Direito de Família da UFPE. Pesquisador. Procurador do Município do Recife. Atual Presidente do IBDFAM-PE.

Hilbert Melo Soares Pinto

Doutorando em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Professor de Direito Civil e Processual Civil no Centro Universitário Maurício de Nassau.

José Barros Correia Junior

Doutor em Constitucionalização das Relações Privadas pela Faculdade de Direito de Recife/UFPE. Mestre em Direito Privado pela Faculdade de Direito de Recife/UFPE. Professor dos cursos de graduação e mestrado da Faculdade de Direito de Alagoas/UFAL. Advogado militante.

Karina Barbosa Franco

Mestre em Direito pela UFAL. Professora Universitária. Membro do IBDFAM e IBDCIVIL. Advogada na área de famílias e sucessões. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/AL. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE).

Luciana Brasileiro

Advogada. Professora. Doutora em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do grupo de pesquisas Constitucionalização das relações privadas, da UFPE. *E-mail*: lucianabrasileiroadv@gmail.com

Manuel Camelo Ferreira da Silva Netto

Doutorando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Advogado. Mediador Humanista. Pesquisador dos Grupos de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE/CNPq) e Proteção do Ser Humano na Era da Biopolítica (UERJ/CNPq). Membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco (CDSG/OAB-PE). *E-mail*: manuelcamelo2012@hotmail.com

Marcos Catalan

Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor no PPG em Direito e Sociedade da Universidade LaSalle. Estágio pós-doutoral no Mediterranea International Center for Human Rights Research (2020-2021). Visiting Scholar no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret de la Universitat de Barcelona (2015-2016). Professor visitante na Faculdade de Direito da Universidade da República, Uruguai, na Universidade de Granada, Espanha, na Universidade de Córdoba, Argentina e na Universidade de Huánuco, Peru. Editor da *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Advogado.

Maria Carla G. Moutinho

Doutoranda e Mestre em Direito pela UFPE. Assessora Jurídica do TJPE. Professora da Escola da Magistratura de Pernambuco – ESMAPE.

Maria Rita de Holanda

Doutora em Direito Civil pela UFPE. Pós-Doutora pela *Universidad de Sevilla*. Professora Adjunta I da Universidade Católica de Pernambuco. Pesquisadora do Grupo de pesquisa CONREP – Constitucionalização das Relações Privadas da UFPE. Advogada. Pós-Doutoranda do *Programme in New Technologies and law in Mediterranea International Center for Human Rights Research*.

Patrícia Ferreira Rocha

Doutoranda na Universidade do Minho. Mestre pela UFPE. Advogada e professora de Direito das Famílias e Sucessões. Pesquisadora do CONREP/UFPE. Diretora acadêmica do IBDFAM/AL. Membro da Comissão Nacional de Família e Sucessões da ABA. *E-mail: patriciarochamcz@hotmail.com*

Paulo Lôbo

Doutor em Direito pela USP. Professor Emérito da UFAL. Ex-Conselheiro do CNJ. Autor, entre outras obras, de *Coleção de Direito Civil* em 6 volumes.

Tatiane Gonçalves Miranda Goldhar

Advogada. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Especialista em Processo Civil. Professora Universitária de Graduação e Pós-Graduação. Membro do IBDFAM Sergipe e Nacional. Presidente da Comissão de Alienação Parental do IBDFAM/SE. Ex-Conselheira Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. *Coach* pelo Instituto Brasileiro de *Coaching* – IBC. PNL Practitioner pelo Instituto ELSERVER. Formada pela Dale Carnegie. Facilitadora de Justiça Restaurativa pelo convênio da Universidade Federal de Sergipe, OABSE e Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann

Professora da graduação, mestrado e doutorado UFRGS. Mediadora, Advogada e Parecerista. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito das Famílias, Sucessões e Mediação (UFRGS) (CNPq). Membro do IBDFam RS, membro da Comissão de Direito Sucessório IBDFam.

Vivian Carla da Costa

Mestranda em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Membro do Grupo Virada de Copérnico e da Comissão de Responsabilidade Civil da OAB/PR. Associada do Instituto Brasileiro Contratual (IBDCONT). Sócia do Costa & Costa Advogados em Curitiba/PR. *E-mail: vivian@costaecoataadvocacia.com.br*